

## Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade:

Data: 15 de setembro de 2025

Local da realização da atividade:

Relator (es): Ivana Cavalcante e Simone Kimura

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

[snpc@iphan.gov.br](mailto:snpc@iphan.gov.br)

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada	
Desafios	Oportunidades
	O Fórum do SNPC vai agregar vários fóruns que existem sobre a temática
	Fortalecer as relações de parcerias e apoio técnico internacionais, especialmente com o sul global
	Reestruturar o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, com maior representatividade
	Aprovação do plano de carreira da cultura.
Ameaças ao patrimônio, com destombamentos e gestores sem capacidades técnicas	Parceria com a ANPUH para apoiar o Fórum, promover seminários sobre as temáticas de patrimônio
	Potência do campo do patrimônio para criar redes e conexões
Complexidade da relação entre as esferas de governo	Articular os canais do governo federal com os outros entes, a exemplo de Minas Gerais
Patrimonialização de bens pela ingerência do campo político	
	Replicar as boas experiências das universidades que realizam pesquisas e articulam detentores do patrimônio
	Difusão da experiência do Observatório de Patrimônio Cultural do Sudeste
Desmonte das políticas à medida que elas se fecham para a participação da população	Inclusão de uma instância de participação da sociedade civil na estrutura do Iphan

Preservação dos arquivos de projetos de arquitetura.	Construir um sistema de dados abertos e integrados do patrimônio cultural, a ser alimentado por todos os órgãos de patrimônio de forma sistêmica
Evasão da documentação referente ao patrimônio modernista para outros países.	Regulamentação e criação de núcleos de documentação do patrimônio modernista.
	Dados do patrimônio sejam abordados no SNIIC
Necessidade de construção de outros marcos legais para contemplar objetos, cujo enquadramento é difícil nos marcos existentes, com a finalidade de acompanhar a crescente significação do patrimônio e representação da sociedade. Destacar a interface com outros instrumentos, de outras políticas.	
Destacar as competências federativas na preservação em marcos regulatórios	
Avançar na construção de marcos regulatórios para compreender os diálogos difíceis entre os tipos e instrumentos de preservação, muito presente na gestão do patrimônio afrobrasileiro. Depende da sensibilidade dos técnicos e do repertório do conselho consultivo.	
Exportação de vários acervos documentais brasileiros da arquitetura e do patrimônio imaterial para o exterior.  Ausência dessa documentação no país e a insegurança jurídica.	

O projeto da edificação deve ser preservado, assim como o bem edificado.	
Abranger a preservação a outros suportes de memória sobre o bem, como a documentação	
Revisão epistemológica que pauta os enquadramentos do patrimônio, como material. Imaterial, cultural e natural	
Aquisição de acervos de patrimônio imaterial (ex: discos de vinil relacionados à capoeira) no exterior	
Danos ao patrimônio imaterial são colocados em segunda instância. Não existe fiscalização, como no caso do patrimônio material. (Ex: Acarajé de Jesus)	
o caso do “Acarajé da Barbie” que surgiu recentemente .... Tingido de cor de rosa. É uma agressão tanto ao aspecto sagrado do alimento para os povos de terreiro, mas também ao ofício como Bem Imaterial em seu saber, que abrange os ingredientes tradicionais também. (Couro de Bode/Cabra no caso do atabaque)	
	Conexão com o plano nacional de educação: meta 7 ( incluir educação patrimonial); meta 15 ( educ patrimonial na formação dos professores, facilitando as abordagens decoloniais, interdisciplinares)
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	

Desafios	Oportunidades
	Criação de programa para a salvaguarda do patrimônio sensível. Acertar as contas com o passado. Promover a reparação histórica.
	Integrar as políticas de patrimônio cultural com as políticas de desenvolvimento social, meio ambiente, assistência social e direitos humanos
	Ocupação de centros de metrópoles brasileiras para habitação
	Reestruturação do Iphan, em maior articulação com a sociedade.
	Ampliar a representatividade social no conselho consultivo, além de saberes acadêmicos, mais mestres dos saberes populares. Maior integração com a sociedade.
	Criação de um programa de sítios de consciência
	Integração do patrimônio com outras políticas
As divisões do campo de patrimônio não correspondem às realidades sociais e culturais	
Contrapor as oposições entre o patrimônio cultural “tradicional” com o patrimônio imaterial	Unir e articular as vertentes do patrimônio imaterial.
	Diálogo do popular com o patrimônio edificado
	Pensar a preservação a partir do conceito de territórios patrimoniais e da interligação dos territórios.
	Conceito de paisagem cultural
	Mapear territórios que sofrem ameaças de grandes empreendimentos.

	Trabalhar com o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano no lugar de Patrimônio Cultural, de acordo com o que foi descrito ao ponto 2. Conceito que foi consagrado por Ulpiano de Meneses, pois coloca o patrimônio no dia a dia, especialmente no caso das cidades, colocando urbanismo e questões sociais como dinâmicas indissociáveis.
	Agrupar a questão do social, do urbano e do patrimônio. Patrimônio não é só um ativo, mas deve ser incorporado no cotidiano. Pensar o patrimônio atrelado às complexidades sociais.
	Neste sentido da proteção do território de forma integrada é interessante avaliar a experiência da APAC (Área de Preservação do Ambiente Cultural) do órgão de Proteção do Patrimônio Cultural no Município do Rio de Janeiro, atual IRPH. Ex: No município do Rio de Janeiro o IPP (Instituto Pereira Passos) fez esta integração em uma base de dados urbanos.
	Representatividade de cadeiras do patrimônio e especialmente de detentores do patrimônio imaterial nas instâncias de participação do patrimônio pelo país. Estabelecer diretrizes para essa representação.
Falta de representação da cadeira de patrimônio nos Conselhos de Cultura.	Diretrizes para indicação das representações no Conselho do SNPC, com vistas à representatividade da sociedade civil/detentores.
Problema das indicações para os conselhos, sem agregar representação democrática da sociedade civil	
Importância da preservação e reconhecimento dos lugares das práticas culturais	Promover o diálogo entre o patrimônio no espaço público
Cerceamento de bens culturais nos espaços públicos	

Falta de preservação de acervos documentais do patrimônio arquitetônico	Incentivo à criação de núcleos de documentação do patrimônio arquitetônico
Limite entre o patrimônio natural e cultural	
	Incluir nos lugares de memória difíceis os lugares relacionados à saúde, como os de tratamento da hanseníase, os sanatórios. Memórias das pessoas e das arquiteturas que correspondem a determinados períodos históricos
	Fortalecer parcerias com o Sul Global: América Latina, com a comunidade lusófona, com os países do continente africano.
	Criar programas de proteção ao patrimônio cultural que tenham como tripé, educação e território.
Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>
Ampliar os investimentos em cultura	Implementação do Fundo Nacional de Patrimônio Cultural Brasileiro
	Lei Robin Hood ser replicada em outros estados
	Cartilha para divulgação de leis de incentivo estaduais
	Realizar estudos de outras questões tributárias para alimentar o fundo do patrimônio cultural, como isenções tributárias e destinação de percentual de loteria
	Criação de grupos de trabalho para propor sugestões conjuntas para o campo.
Equívocos na política do ICMS cultural, casos que o município não destina o recurso para a preservação do patrimônio	Contribuição efetiva do ICMS cultural

	Proposição do governo federal de novos dispositivos que substituam o ICMS cultural, a partir da reforma tributária
	O ICMS cultural é o mecanismo para que o fundo tenha recursos e seja efetivo. Necessidade da construção desse mecanismo em nível federal e para os estados
	Relação entre economia criativa e patrimônio. Olhar atento às apropriações culturais, sem devida devolutiva às comunidades detentoras, no âmbito da repartição de benefícios
<b>Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática</b>	
<b>Desafios</b>	<b>Oportunidades</b>

[illegible]



[illegible]